


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0007947-08.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Maria Goreti da Silva**  
 Requerido: **Município de São Carlos**

**CONCLUSÃO**

Em 24 de outubro de 2013, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

**VISTOS.**

Trata-se de Ação Ordinária de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por **MARIA GORETI DA SILVA** contra o Município de São Carlos - Estado de São Paulo, sob o fundamento de que padece de limitação funcional nos quadris severa do lado esquerdo, da qual lhe resultam muitas dores, razão pela qual lhe foi prescrita a cirurgia para a colocação de prótese total de quadril não cimentada com superfície de contato em cerâmica-cerâmica, mas não tem condições de adquiri-la, sendo que, quando de diligências junto à administração pública, teve seu pedido indeferido.

O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento da antecipação da tutela jurisdicional (fls.41), o que ocorreu às fls. 42/43.

Citado (fls. 47), o Município apresentou contestação (fls. 49/68), alegando, preliminarmente, carência da ação por ilegitimidade da parte, tendo em vista que o financiamento para aquisição dos medicamentos de dispensação excepcional é da responsabilidade do Ministério da Saúde e dos Estados, pugnando pelo chamamento ao processo do Estado de São Paulo. No mérito, aduz que a autora teve seu pedido indeferido, pois o SUS disponibiliza material padronizado (metálico) de valor bem inferior ao da


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

prótese de cerâmica. Aduziu, ainda, que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa, mas sim um direito social, de efetivação programática e requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, ou, alternativamente, a improcedência do pedido.

Houve réplica (fls. 73/84).

O autor manifestou-se às fls. 86-vº, informando ter sido realizada a cirurgia para implantação da prótese no dia 30 de julho de 2013.

**É O RELATÓRIO.**
**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

É o caso de se reconhecer a carência superveniente, pois o processo atingiu a sua finalidade, que era fornecer a Maria Goreti da Silva a prótese total de quadril não cimentada com superfície de contato em cerâmica-cerâmica, não se justificando o prosseguimento do feito, pela perda do objeto, já que o bem jurídico tutelado foi alcançado, não existindo mais interesse processual.

Ante o exposto, determino a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI do Código de Processo Civil.

Condeno o requerido a arcar com as custas, na forma da lei, bem como com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 100,00 (cem reais), diante da pequena complexidade da causa e repetitividade da matéria e tendo em vista que a ação inicialmente foi necessária, já que houve resistência no fornecimento da prótese. Além disso, não há como se falar em confusão entre entes estatais diversos.

Neste sentido: “O Município deve fornecer medicamento, ainda que não padronizado, necessário ao tratamento de munícipe carente. Devida a condenação em honorários advocatícios mesmo que representada a apelante por doutor Defensor Público” (Apelação Cível nº 784.763-5/8-00, relator Desembargador Barreto Fonseca – in APELAÇÃO Nº 0010528-69.2008.8.26.0566 – Desembargador Relator FERMINO MAGNANI FILHO).

**P. R. I. C.**

São Carlos, 09 de dezembro de 2013.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**